

Saneado, o BRB vai assumir papel social

por **Gustavo Freire**
de Brasília

Criado na segunda metade da década de 60, o Banco de Brasília S.A. (BRB) está prestes a passar por profundas alterações na sua linha de atuação. O governador eleito do Distrito Federal, Cristovam Buarque, deseja fazer com que a instituição tenha uma presença mais ativa na área social. Nesse sentido, o novo governador, que tomará posse no dia 1º de janeiro de 1995, quer criar um fundo social que deverá reunir, em um ano, cerca R\$ 500 milhões.

Buarque, no entanto, não deseja que isso seja feito em prejuízo das finanças da instituição. Uma exceção entre as instituições financeiras oficiais estaduais, o BRB tem uma saúde financeira reconhecida até pelos adversários políticos do governador Joaquim Roriz. "Reconhecemos que, do ponto de vista financeiro, o banco está bem", diz Afonso Almeida, um dos principais interlocutores de Buarque nas discussões sobre temas relacionados à área financeira.

Nos primeiros quatro meses de implantação do Plano Real, o banco, segundo seu atual diretor financeiro, Almir Corrêa de Almeida Filho, conseguiu obter um lucro de aproximadamente R\$ 3,12 milhões. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido da instituição atingiu, entre janeiro e outubro de 1994, um nível quase igual ao de 1993, quando o banco ainda engordava seus balanços com o lucro inflacionário. A rentabilidade, segundo Almeida Filho, chegou aos 11,14%, ante um resultado de 12,79% em 1993.

Com o intuito de fortalecer o braço social do BRB, o governador eleito do Distrito Federal está disposto a até mesmo se desfazer de 46% das ações do banco que estão em mãos do estado neste momento. Atualmente, o

Governo do Distrito Federal (GDF) detém 97% das ações do BRB. "Queremos ficar no limite de 51%, para mantermos o controle sobre o banco", diz Afonso Almeida. Com a operação, Buarque espera arrecadar cerca de R\$ 50 milhões.

Além disso, o novo governador pretende lutar para que os recursos destinados ao Distrito Federal pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste sejam administrados pelo BRB. "Por que é o Banco do Brasil que tem que administrar esses recursos?", indaga Afonso Almeida. Mas, para que isso seja colocado em prática, Buarque terá que negociar no Congresso Nacional a alteração da Lei nº 7.827, de 17 de setembro de 1989, que regulamentou o FCO. Esta lei determina que os recursos deste fundo sejam administrados pelo BB até a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

No esforço de criação do novo fundo social, Buarque também quer reativar o Fundo de Desenvolvimento de Distrito Federal. Criado em 1974, o fundo, na opinião do futuro secretário da Fazenda do Distrito Federal, Wasny de Roure, foi praticamente extinto pelo governador Roriz. "As suas finalidades foram desvirtuadas", diz. Estima-se que, em 1995, o GDF disponha de aproximadamente R\$ 9 milhões deste fundo.

O novo governo também estuda a possibilidade de abastecer o fundo social com a criação de uma loteria instantânea controlada pelo GDF, com recursos das tarifas bancárias cobradas pelo BRB e de parcela dos lucros obtidos pelas empresas públicas controladas pelo GDF. Os empréstimos lastreados em recursos do fundo, segundo Afonso Almeida, serão destinados, basicamente, para as populações de baixa renda da região.